

ENERGIA

“O gás natural é o combustível que vai substituir o carvão”

A diretora executiva da Associação das Empresas de Gás Natural (AGN) destaca o papel que o gás vai ter na descarbonização da sociedade. Além de substituir o carvão na produção da eletricidade, aponta Suzana Toscano, o gás vai ser importante como suporte das renováveis. ● P4

“Portugal poderá exportar gás em menos de cinco anos”

A Australis acredita que pode haver suficiente gás natural em Portugal para abastecer o país durante dois anos. Caso se provem as reservas, este gás serviria para reduzir as importações energéticas, aponta o presidente da companhia australiana. Ian Lusted garante que vai partilhar parte dos ganhos futuros com as autoridades locais, caso a exploração comercial venha a avançar no país. ● P8



Ian Lusted
Presidente da Australis Oil and Gas

Há 60 empresas na corrida ao lítio em Portugal

O número de pedidos de prospeção e pesquisa por parte de empresas duplicou no espaço de dois anos no país.

Portugal tem uma das maiores reservas de lítio a nível mundial, a par de países como a Argentina, Bolívia e Chile. O concurso para as minas de lítio será lançado a “breve trecho”, diz o ministério do Ambiente e da Transição Energética. Este minério encontra-se distri-

buído no retângulo desde a Beira Baixa até ao Alto Minho. Lítio é usado para produzir baterias recarregáveis de carros elétricos ou telemóveis. Os países e as empresas que vierem a controlar a produção deste elemento serão donos desta energia no futuro. ● P10

AMBIENTE

Três milhões para incentivar mobilidade com zero emissões este ano ● P16

EMPRESAS

Nissan escolhe Efacec para instalar 100 postos em Portugal ● P17

PETRÓLEO

A crise na Venezuela de Nicolás Maduro também passa pelo subsolo ● P19

MOBILIDADE ELÉTRICA

1,5 milhões para financiar a instalação de 100 postos de carga rápida ● P2

AMBIENTE

Água reciclada está a ganhar mais volume na agricultura ● P12

ENERGIA & AMBIENTE



Cristina Bernardo

4

ENTREVISTA

Entrevista a Suzana Toscano, diretora executiva da Associação Portuguesa de Empresas de Gás Natural (AGN)

8 CEO da Australis revela planos para Portugal

10 Há 60 empresas na corrida ao lítio em Portugal

12 Água reciclada ganha mais volume na agricultura

16 Governo tem três milhões para a mobilidade elétrica

17 Nissan escolhe Efacec para os seus postos em Portugal

18 Estudante cria produto para limpar petróleo derramado no mar

19 A crise na Venezuela também passa pelo subsolo



MOBILIDADE ELÉTRICA

1,5 milhões para financiar 100 postos de carga rápida

Governo vai lançar um envelope para financiar postos de carga rápida por parte dos operadores. Toda a rede passa a ser paga este ano.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

A rede de postos de carga rápida de carros elétricos em Portugal vai ganhar mais 100 postos. O Governo prepara-se para lançar um envelope para promover a expansão da rede de postos de carregamento rápido em Portugal.

O dinheiro tem origem no Fundo Ambiental e o aviso vai ser lançado em breve, avançou ao Jornal Económico o secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade José Mendes. Desta forma, o número de postos rápidos vai crescer exponencialmente dos atuais 61 para 161 postos.

“Temos uma dotação para apoiar a aquisição de pontos de carregamento rápido, de acesso público, orientado para os operadores de postos de carregamento. Com estes 1,5 milhões de euros vai-se apoiar a instalação de 100 postos de carregamento rápido. Estes novos postos quase que triplicam os atuais existentes”, disse o secretário de Estado ao JE.

Além dos novos postos que serão instalados via este envelope financeiro, José Mendes está confiante na continuação da expansão, depois de os pagamentos terem arrancado no final de 2018.

“Haverá mais postos ainda, pois desde 1 de novembro passado iniciaram-se os pagamentos nos pontos de carregamento rápido, e temos tido manifestações de intenção de investimento por parte de muitos operadores de postos de carregamento. Isto é apenas um programa que vamos apoiar, mas com certeza que as empresas também farão os seus próprios investimentos. Desse ponto de vista, estamos muito confiantes que a rede de carregamento, sobretudo a rede de carregamento rápido, a mais decisiva, está a acompanhar e vai continuar a acompanhar este aumento de vendas de veículos elétricos”, afirmou o secretário de Estado em declarações ao Jornal Económico.



Cristina Bernardo

Pagamentos vão alargar-se a todos os postos ainda este ano

A rede de carregamentos de carros elétricos em Portugal conta com cerca de 650 postos de carregamento, com a maioria a ter duas tomadas. Ao todo, existem cerca de 1.600 tomadas de carregamento no país entre carga rápida e normal. Os pagamentos dos carregamentos rápidos arrancaram no final de 2018, com o presidente da entidade gestora da rede a fazer um balanço positivo.

“Os pagamentos da carga rápida iniciaram-se em novembro, temos tudo a funcionar, e temos já um conjunto muito alargado de operadores e também de comercializadores de eletricidade”, disse Alexandre Videira ao Jornal Económico.

“Nos postos rápidos, estamos já numa fase a que chamamos de normal, em termos comerciais da mobilidade elétrica. Temos já mais

de 50 postos rápidos em mercado, em atividade comercial normal”, afirmou.

“Aquilo que nós esperamos é que toda a rede de mobilidade elétrica entre em atividade comercial normal durante 2019, até ao final do ano. Neste momento, está só a rede rápida com pagamentos. Agora falta a rede normal, os espaços privados, gradualmente irão iniciar-se os pagamentos nesses postos, a nossa expectativa é que ao longo de 2019, toda a rede fique em pagamento”, segundo um balanço feito por Alexandre Videira ao Jornal Económico.

O responsável pela gestão da rede de carregamento também adianta que a Mobi.e mantém o seu plano de instalar, pelo menos, um posto de carregamento em cada município do país.

“Do ponto de vista da Mobi.e, nós vamos fazer aquilo que estava programado, que se atrasou do ano passado para este ano, mas continuamos a querer garantir que todos os municípios do país tenham um posto de carregamento. Vamos concluir esse projeto. O trabalho da Mobi.e do ponto de vista da expansão da rede ficará por aí. Depois fará a concessão de toda a rede aos operadores privados e iniciará a atividade comercial normal nesses postos de carregamento”, afirmou Alexandre Videira. ●

1.600

A rede de carregamento da Mobi.e conta atualmente com 650 postos de carregamento em todo o país, com um total de 1.600 tomadas de carga rápida e normal.

FICHA TÉCNICA

Publicado mensalmente na primeira sexta-feira de cada mês. **Propriedade** – Megafin Atlantic - Sociedade Editora SA. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** – OK Consulting - Comércio Internacional, Consultoria e Serviços, Lda (90%) e Megafin Sociedade Editora, SA (10%). Registo na ERCS nº. 126936. NIPC 514101989. Nº Depósito Legal: 422057/17. **Sede e redação** – Rua Conde Carvalhal, 53, 9060-011 Funchal. www.jornaleconomico.pt. **Diretor** – Filipe Alves **Diretores Adjuntos** - Shrikesh Laxmidas e André Cabrita Mendes (Diretor Executivo) **Diretor de Arte** – Mário Malhão / O Jornal Económico. **Paginação** – Rute Marcelino / O Jornal Económico. **Informática** – Rogério Júnior / O Jornal Económico. **Área comercial** – Cláudia Sousa (diretora). **Área financeira** – Ana Rita Silva. **Administração** – Luís Figueiredo Trindade. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp- Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva, Cacém. **Tiragem** – 10.000. Nenhuma parte desta publicação, incluindo textos, fotografias e ilustrações, pode ser reproduzida por quaisquer meios sem prévia autorização do editor. Estatuto editorial disponível em www.jornaleconomico.pt.

OPINIÃO

Finalmente um horizonte a longo prazo no setor elétrico



ANTÓNIO SÁ DA COSTA

Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis - APREN

Qualquer setor de atividade económica gosta de ter previsibilidade por forma a ajustar-se, o fabrico dos bens que produz ou dos serviços que presta, à procura.

O setor da eletricidade também precisa desta característica, mas de uma forma mais elevada pois a eletricidade que produz, transporta e distribui, é uma *commodity* e como tal um produto indiferenciado, procurado por todos, privados, indústria e serviços, exige uma infraestrutura física por detrás que leva muito tempo a planear, projetar, construir, é cara e tem longos períodos de amortização.

A previsibilidade requerida para o setor elétrico é ditada pelas políticas dos governos do país e, no caso da União Europeia, das políticas definidas por Bruxelas. Isto faz com que haja um conflito latente do setor com os políticos, pois as características desta atividade económica exigem um planeamento a dez anos e depois de construídas as infraestruturas, de produção e transporte, levam várias dezenas de anos em exploração, ao passo que o horizonte temporal máximo dos políticos baliza-se pelas eleições que se repetem a cada quatro anos.

Com a calendarização rígida exigida ao setor elétrico é preciso ultrapassar esta divergência com uma compreensão pelos políticos desta realidade e de ajustar as suas opções políticas, quanto ao setor energético, às suas restrições de cronograma. Esta previsibilidade tem como consequência imediata o permitir uma diminuição considerável do risco e, portanto, uma diminuição de custos para o consumidor que todos querem.

É fácil entender esta dificuldade, mas é necessário ultrapassá-la, e

também é necessário que os eleitores, que também são consumidores de eletricidade, entendam a necessidade desta previsibilidade.

Já se está a assistir a esta mudança de comportamento da sociedade, que está a ser bem entendida pelos políticos e que também já se aperceberam da necessidade do setor. Com a perceção das Alterações Climáticas veio o Acordo de Paris e agora, mais recentemente, as novas Diretivas Europeias da eletricidade. Isto levou a que o nosso Governo apresentasse recentemente o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

São dois documentos fundamentais e estruturantes para a Economia Portuguesa e também para o setor da eletricidade. Definir uma política a longo prazo, 30 anos, no RNC 2050, mais detalhado até 2030 no PNEC 2030. Temos metas e objetivos, sustentados numa política sólida em que se privilegia a eficiência energética e a diminuição de emissão de gases com efeito de estufa. A eletrificação de alguns usos de energia, como por exemplo a mobilidade, é uma medida que cumpre estes dois objetivos.

Também se prevê que, até 2030, algumas das centrais elétricas térmicas sejam substituídas em grande parte por novas centrais renováveis, que já não necessitam de apoios. Aliás, já são capazes de produzir a custos inferiores aos das centrais térmicas.

Resumindo, teremos finalmente um horizonte a longo prazo no setor elétrico, com enormes vantagens ambientais e menores custos para os consumidores. ●

A previsibilidade permite reduzir riscos e custos para o consumidor



Conferência
“VIVE(R) COM MENOS PLÁSTICO”
 LNEC - Auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
 22 de fevereiro de 2019



Programa

- 09h00 RECEÇÃO DE PARTICIPANTES
- 09h30 SESSÃO DE ABERTURA
 João Pedro Matos Fernandes | Ministro do Ambiente e Transição Energética
- 10h00 ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA PARA OS PLÁSTICOS
 Moderador: Nuno Lacasta | Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente
DIRETIVA “PLÁSTICOS DE USO ÚNICO”
 Paulo Lemos | DG Environment - Sustainable Production, Products & Consumption - B-1 Unit, European Commission
- LEGISLAÇÃO NA ESTÓNIA SOBRE EMBALAGENS DE BEBIDAS**
 Mihkel Krusberg - Conselheiro do Ministério do Ambiente da Estónia
- RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE PLÁSTICOS**
 Ana Cristina Carrola | Agência Portuguesa do Ambiente
- 11h15 Pausa para café
- 11h30 SISTEMAS DE INCENTIVO E DEPÓSITO DE EMBALAGENS EM PRÁTICA
 Moderador: Nuno Lacasta | Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente
 Gintaras Varnas | Diretor-Geral da USAD - Lithuania's Deposit - Return System
 Clarissa Morawski | Diretora-Geral da Reloop Platform
 Tor Guttulrsrud | Diretor da Infinitum
- 12h30 Debate
- 13h00 Almoço livre
- 14h30 INOVAÇÃO E EMPRESAS - OS PRIMEIROS PASSOS RUMO AO FUTURO
 Moderador: Fernando Leite | CEO LIPOR
 Carlos Pais | EGF
 Luísa Magalhães | Smart Waste
 Ana Isabel Trigo Morais | Sociedade Ponto Verde
 Vítor Martins | Sonae
 Cristina Tadeu | Primefood
 Luís Veiga Martins | Nova Business School
- 16h10 Debate
- 16h30 “GREEN DEALS” - COMPROMISSOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
ASSOCIAÇÕES SETORIAIS DE OPERADORES ECONÓMICOS
 Moderadora: Mercês Ferreira | Vogal da Agência Portuguesa do Ambiente
 Nuno Pinto de Magalhães | Presidente da APIAM
 Márcio Cruz | Presidente da PROBEB
 Maria Estarreja | Vice-Presidente da APIAM
 Pedro Carvalho | Diretor da AHRESP
- 17h15 Encerramento
 João Torres | Secretário de Estado da Defesa do Consumidor
 Carlos Martins | Secretário de Estado do Ambiente

ENERGIA & AMBIENTE

ENTREVISTA **SUZANA TOSCANO** Diretora executiva da Associação Portuguesa das Empresas de Gás Natural (AGN)

“O gás natural é o combustível que vai substituir o carvão”

O gás natural vai ter um papel importante na descarbonização da sociedade, defende Suzana Toscano, diretora executiva da Associação das Empresas de Gás Natural (AGN). Além de substituir o carvão na produção de eletricidade, o gás será importante como suporte das renováveis.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
INÉS PINTO MIGUEL
amendes@jornaleconomico.pt

O gás natural vai ter um papel preponderante para combater as alterações climáticas. Esta é a visão da diretora executiva da Associação das Empresas Portuguesas de Gás Natural (AGN) Suzana Toscano. Em entrevista ao Energia & Ambiente, a responsável defende que o gás natural está na linha da frente para substituir o poluente carvão.

O peso das renováveis tem vindo a aumentar, daí a necessidade de haver um maior ‘backup’ [suporte]. Qual o papel que o gás natural pode ter?

As energias de origem renovável são imprevisíveis, ou pelo menos incontroláveis, podemos ter uma capacidade enorme e isso não quer dizer que isso corresponda à procura. Como tal, é absolutamente crítico que os sistemas elétricos consigam, a cada momento, fazer corresponder a oferta à procura dessa energia. O que acontece se isso não existir? Interrupções de eletricidade, imprevisibilidade e uma insegurança nesse fornecimento. São realidades a que em Portugal não estamos habituados, nem seria bom para o desenvolvimento das energias renováveis. O sistema de gás natural é absolutamente essencial: quanto maior for a produção de energia de fonte renovável, maior a incerteza e a instabilidade dessa energia na rede, logo mais importante é o papel do suporte. Isso obriga a uma série de opções e políticas, quer ao nível do investimento, manutenção das redes, e o pagamento desses custos, que o sistema terá que suportar, numa geometria que é sempre variável e depende de uma quantidade enorme de vetores. Esse dado é consensual e aparece em qualquer estudo internacional: o papel que

as centrais térmicas de gás natural desempenham como promoção para acolher a penetração das renováveis.

O gás natural pode e deve ser um substituto das centrais a carvão?

Se me pergunta se o gás natural é o combustível de matéria prima que vai substituir o carvão, é sem dúvida. Todas as projeções internacionais apontam para uma profunda mudança do *mix* energético em que o gás natural apoie as renováveis. Estas serão as duas estrelas que irão destonar as energias fósseis poluentes. Desse ponto de vista, ao nível global, é sem dúvida a energia que permitirá combater as alterações climáticas e atingir os objetivos a que nos propomos. Tem sido essa a opção, não nos parece que exista um melhor substituto para as centrais a carvão. É esse o caminho que tem sido seguido, mas toda esta evolução da energia, revolução energética, vai sendo acompanhada por um aumento da procura da energia, considerando que haverá desenvolvimento económico dos países que ainda hoje são menos desenvolvidos.

Como é que a AGN olha para a estratégia que o país deveria seguir em relação ao gás natural na próxima década ou no médio-prazo? Qual é a vossa perspetiva?

A perspetiva do setor tem sido, publicamente, anunciada. Há coisas que são absolutamente firmes, e uma delas é que Portugal dispõe de infraestruturas modernas, seja de armazenagem, distribuição, gestão, transportes. Têm 20 anos, portanto ainda não estão completamente amortizadas. É totalmente seguro. Há níveis de satisfação dos consumidores elevadíssimos, e temos um sistema nacional de gás natural excelente. São infraestruturas que devem e podem ser aproveitadas e que têm um contri-

buto muitíssimo importante a dar ao setor energético em Portugal. Nesse sentido, temos procurado manter o gás natural como um produto competitivo, melhorando os níveis de serviço, investindo em tecnologia, investindo em melhorias constantes do processo. É um setor altamente regulado, integrado em níveis de regulação europeia, em que todas as regras de atuação no mercado são exigentes e transparentes. Os planos de investimento são também debatidos ao nível do Parlamento, tal é a importância do desenvolvimento e acesso dos cidadãos a esta excelente energia, e existe o impacto que estes investimentos podem ter nos custos. Este balanço é muito importante para a sustentabilidade e desenvolvimento do setor, mas

“

Não nos parece que exista um melhor substituto que o gás para centrais a carvão

Portugal dispõe de infraestruturas modernas, seja de armazenagem, distribuição, gestão e transportes

O gás e as renováveis serão as duas estrelas que irão destonar as energias poluentes

também para a satisfação dos nossos consumidores, e para que o gás natural continue a ser fortemente competitivo. Desse ponto de vista, o que está previsto no setor é manter estes fatores: a qualidade de serviço, os níveis de investimento e manutenção das infraestruturas que garantam a segurança e fiabilidade de todos os nossos equipamentos, e procurar continuar a tornar o setor competitivo, através da negociação da utilização de todas as infraestruturas de que dispomos e que são privilegiadas.

O Governo já disse que queria encerrar as duas centrais a carvão em Portugal até 2030. Neste contexto, é necessário construir mais centrais a gás natural? Já existe algo planeado?

O que temos, nesta fase, e que dificilmente alguém arriscará uma posição completamente fechada, é que a transição energética e as políticas que estão a ser desenhadas são muitíssimo ambiciosas. O setor do gás natural está inscrito nesses objetivos, e está profundamente empenhado em contribuir para que eles sejam atingidos. Mas estas trajetórias políticas têm que ponderar vários vetores, e um deles, efetivamente, é a descarbonização: como atingi-la e se essa forma de lá chegar implica a sustentabilidade económica, não só a ambiental, e a segurança de abastecimento.

A segurança de abastecimento é sempre uma questão muito relevante no setor energético...

A segurança de abastecimento significa ter a certeza, em cada momento, que o país está habilitado a enfrentar todas as alterações extremas do clima. Vimos que há dois anos, o sistema de gás natural esteve na plena capacidade porque houve uma conjuntura climática profundamente negativa em termos de temperatura, seca e falta de vento. Este balanço é exigente e tem de estar permanentemente as-





Cristina Bernardo

segurado. Nós estamos de acordo com as projeções que são feitas para o futuro, onde o setor está perfeitamente identificado nesta rota da descarbonização, sendo certo que não é só o setor do gás que está preocupado com a segurança e garantia de abastecimento. Isso é uma exigência política e dos decisores que todos estes elementos estejam em cima da mesa devidamente acautelados, mas temos a certeza que está presente em todas as decisões. Agora, se tudo correr bem as projeções são otimistas e vamos acompanhá-las. Todos os países sentem esta questão, vemos esta discussão em outros países: a questão das interligações, se podemos importar eletricidade. Há também um fator muito referido, que é: se não pudermos produzir, naquele momento, a eletricidade que importamos vem de onde? Importa se é produzida com carvão ou com gás natural? Dentro do objetivo da descarbonização, temos de ver se as opções que vamos eliminando, ou que vamos mantendo, em cima da mesa, são ou não são compatíveis com esta opção. Porque os objetivos de descarbonização são mundiais.

Então esta solução de construir mais centrais a gás em Portugal terá de ser vista no futuro...

Creio que em termos nacionais não se prevê um aumento do gás natural. Não está previsto. Tem sido dito publicamente que a questão dos investimentos deve ser vista com muita prudência e ponderação, mas é um tema que tem de ser levado a par com uma evolução de mudança estratégica que todos estamos a viver. O que foi dito pela ERSE [regulador do setor energético], e pelos responsáveis das empresas, é que os investimentos têm de ser vistos numa ótica de manutenção, garantia e sustentabilidade do sistema, mas também com prudência para não estarmos a onerar excessivamente os custos.

Há pouco tempo foi apresentado pelo Governo o plano nacional de Energia e Clima (PNEC) até 2030. Como é que o analisam?

Nós acompanhamos de perto o setor do gás natural e a generalidade das empresas que atuam neste setor também estão no mercado das renováveis, por isso têm um portefólio indiferenciado. Nós acompanhamos o setor mas também nos consideramos um *player* importante nesse xadrez. O que é muito importante e exigente neste tema da rota para a descarbonização, é que, primeiro, são perspetivas a longo prazo e que têm de mobilizar uma sociedade, e isso é fazer com que os cidadãos se sintam motivados para todo o esforço e para todas as transformações que

isso implica mas significa que os vários setores económicos têm de estar disponíveis e ativos nessa transformação. Se pensarmos que o gás natural chegou há 20 anos a Portugal, vemos que as transformações que vão acontecer até 2040 ou 2050 afinal não estão assim tão longínquas. Evidentemente que os planos nacionais não de ser revisitos de três em três anos. Estamos a acompanhar mas também somos parte ativa porque somos chamados a contribuir com a nossa atuação e opinião, mas também com o próprio contributo para a inovação, descoberta de novas alternativas e proposta de melhoria de serviço. Sem dúvida que é uma perspetiva muito ambiciosa, mas que ninguém pode virar a cara e dizer 'não tenho nada a ver com isto'. ●

UMA JURISTA A LIDERAR AS EMPRESAS DE GÁS NATURAL

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Suzana Toscano conta com uma alargada experiência tanto no setor privado, como no público. Começou a carreira como consultora jurídica da reitoria da Universidade Técnica de Lisboa. Mais tarde, integrou o Governo de Cavaco Silva na secretaria de Estado do Orçamento e Administração Pública. Depois, foi chefe de gabinete da ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite, entre 1993 e 1995. Em 2002, foi eleita por Lisboa para deputada do PSD à Assembleia da República. A jurista integrou depois o Governo de Durão Barroso como secretária de Estado da Administração Pública da ministra do Estado e das Finanças Manuela Ferreira Leite. Já em 2006, foi nomeada assessora para a Educação e Juventude da Presidência da República pelo Presidente Cavaco Silva. No setor privado, Suzana Toscano conta com passagens por empresas do setor de gás natural como a Transgás e também pela Galpower, pertencente à Galp, onde foi administradora executiva.

ENERGIA & AMBIENTE



“Política social cabe ao Estado e não às empresas suportarem”

A tarifa social para o gás natural deve ser suportada pelo Estado e não pelas empresas do setor, defende a diretora-executiva da AGN que destaca a importância das interligações.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
INÊS PINTO MIGUEL
amendes@jornaleconomico.pt

Portugal e a Península Ibérica devem continuar a apostar no reforço das interligações de gás natural com o resto da Europa. Para a diretora executiva da Associação Portuguesa das Empresas de Gás Natural (AGN), Suzana Toscano, este é um *dossier* que “continua em cima da mesa”. A responsável vê com bons olhos a fatura detalhada para os consumidores de gás natural, e considera que seria positivo se Portugal se tornasse num produtor de gás natural.

A Comissão Europeia decidiu não dar luz verde ao plano para construir uma nova interligação de gás natural entre Espanha e França. O facto de este gasoduto não avançar significa que Sines está em risco de não se tornar uma porta de entrada de gás natural na Europa, e de Portugal poder ser uma alternativa ao gás russo?

Não foi decidido imediatamente, mas a questão das interligações e da construção de um mercado mais global, a nível de energia que maneira a que não haja ilhas energéticas, continua em cima da

mesa. Ainda não houve essa decisão, mas isso não significa negar a necessidade de continuar a investir fortemente nessas ligações. Creio que a Europa não considerou o assunto fechado. Se há setor dinâmico, e em constante estímulo de ajustamento e de mudança, é o energético.

Já há algum projeto concreto em relação à construção do terceiro gasoduto entre Portugal e Espanha? Para já, não existem novidades concretas, como é que a AGN olha para este projeto?

Enquanto associação, apenas po-

demos dizer que o setor de gás natural tem de ser robusto, economicamente interessante e tem de garantir aos consumidores um abastecimento constante e fiável. Tudo o que possa contribuir para que as nossas interligações, e o nosso mercado se alargue, melhor.

Este Governo criou a tarifa social no gás natural, que é suportada em parte pelas empresas do setor. Faz sentido as empresas suportarem este desconto?

O setor tem-se manifestado publicamente, não através da associação porque ainda não foi considerado

necessário, mas não foi só para o gás. Antes já tinha sido criada a tarifa social da eletricidade, que abrange 700 mil beneficiários, e o gás natural cerca de 35 mil. Mas o que o setor tem manifestado é que o combate à pobreza energética é importante e, naquilo que lhe compete fazer, faz o seu melhor. Em termos de competitividade, preço, qualidade de serviço, expansão da rede. Consideramos que as políticas de natureza social não cabem às empresas e temos manifestado isso, e consideramos que as políticas de natureza social, como a subsidiação direta, redução de 30% em relação ao preço da tarifa, seria uma política que caberia ao Estado e não às empresas suportarem. É isso que temos transmitido, mas independentemente disso cumprimos a lei.

Em relação à taxa de ocupação do subsolo (TOS), o Governo estabeleceu que os consumidores deixariam de pagar a TOS, que passaria a ser suportada pelas distribuidoras. Esta medida acabou por nunca avançar. Mas, na vossa perspetiva, esta medida faz sentido? Têm algum ‘feedback’ que a medida vá mesmo avançar?

Sobre essa matéria não há nada a dizer. Nunca houve qualquer regulamentação. Houve sim, um parecer da ERSE sobre o possível impacto dessa medida no setor e sei que essa análise foi distribuída a quem compete tirar conclusões, e



Cristina Bernardo

Não fazia sentido da forma como estava desenhada?

A medida não estava desenhada, como mais tarde se veio a verificar.

A ERSE anunciou novas medidas para o setor do gás natural, por exemplo a mudança no período de vigência das tarifas. Como é que analisa esta alteração?

Vamos analisar, ainda está a decorrer o prazo para nos pronunciarmos e a seu devido tempo vamos dar a nossa opinião à ERSE, como sempre fazemos. Um parecer sobre essas consultas públicas.

A companhia Australis pretende investir na zona da Batalha. Como vê a possibilidade de Portugal ser um produtor de gás natural? Caso exista em quantidade suficiente.

Veremos. Tudo o que possa constituir uma fonte de riqueza, e desenvolvimento, e maior autonomia para o país, é bom. A dependência energética é um dos fatores a combater para o roteiro da descarbonização. Há linhas de força na política energética que são muito claras, e uma delas é a dependência energética, que é uma das razões por que Portugal é rico em recursos endógenos (sol, vento, água). Tudo o que possa significar um desenvolvimento harmonioso do país é bem visto por nós.

O Governo anunciou que iria lançar a fatura detalhada. Como é que olham para esta medida?

O objetivo é esclarecer as pessoas e prestar o máximo de informação possível sobre aquilo que compõe a sua fatura. Nessa perspetiva, consideramos que é positiva se as pessoas souberem ler e estar plenamente informadas sobre tudo aquilo que vai compor o preço, o custo, da sua energia. Parece-nos bem.

A Carris investiu em autocarros a gás natural. Como é que a AGN analisa esta medida?

Espera-se um desenvolvimento maior da entrada do gás natural na mobilidade. Até nos automóveis ligeiros, onde em Espanha lançam linhas de automóveis movidos a gás natural comprimido. O que acontece neste momento com o gás natural é que esta dinâmica de descarbonização da sociedade, está a provocar um enorme desenvolvimento tecnológico. Já há transportes pesados movidos a gás natural há muito tempo, mas agora há uma urgência com a renovação de frota, porque é preciso haver oportunidade, e estarem orientados para a necessidade de escolher transportes com combustíveis amigos do ambiente. ●

tenham sido retiradas com base nisso. Evidentemente, que o setor está disponível para analisar e verificar, mas é uma decisão que, por consequência do que provém do parecer da ERSE, tem de ser desenhada. Não sei se vai sair, nem em que termos, e estamos tranquilos. Consideramos que o assunto neste momento não existe.

Tem noção do impacto desta decisão? Seria oneroso para as distribuidoras?

Como lhe digo, nunca foi alvo de regulamentações. Essa medida nunca foi desenvolvida e o modo como ela está desenhada implica ver o próprio móbil de como as taxas são lançadas e a sua fundamentação. Tem uma série de requisitos que ultrapassam em muito o setor, e é uma perspetiva que é muito mais lata do que aquilo que pode parecer na sua consequência mais direta.

O regulador ERSE disse que esta alteração na TOS punha em risco o equilíbrio económico e financeiro das empresas.

A ERSE fez um estudo do impacto da medida. Como digo, nunca saiu nenhuma regulamentação e o que se fez forma exercícios de aplicação das diversas possibilidades a uma circunstância concreta, que é claramente um exercício de elementar prudência quando se mexe nestas matérias. Este estudo está devidamente entregue e agora esperemos que se tire daí as suas ilações.

ANÁLISE

Porta de entrada de gás natural na Europa em risco?

Portugal tem sido apontado como uma possível porta de entrada de gás na Europa, mas um projeto europeu relevante não obteve luz verde.

Pode Portugal ser uma das portas de entrada de gás natural na Europa? A ambição já vem de longe, e serviria para a Europa ocidental diminuir a sua dependência do gás natural da Rússia, e dos interesses geoestratégicos do Governo de Vladimir Putin.

Em novembro de 2017, o primeiro-ministro assinalava a importância que Portugal poderia ter, através do porto de Sines, para reforçar a segurança de abastecimento europeia. “A segurança da Europa em matéria energética tem tudo a ganhar com a criação e desenvolvimento de um novo terminal que nos permita receber gás natural na fachada atlântica, no porto de Sines, e diversificar as fontes de abastecimento da Europa, hoje dependentes da Rússia ou da Argélia. Podemos ser a nova porta para melhorar a segurança energética da Europa”, disse António Costa no final de 2017.

Mas a possibilidade de Portugal

se tornar numa autoestrada de gás natural com origem nos Estados Unidos ou na Nigéria ficou um pouco mais distante, depois de um investimento considerado crucial não ter obtido luz verde: um novo gasoduto entre Espanha e França, através dos Pirinéus. O projeto foi chumbado pelo regulador espanhol (CNMC) e pelo francês (CRE) por três razões: a capacidade de interligação entre os dois países não está esgotada, os elevados custos de construção do projeto, e os aparentes poucos benefícios gerados para os consumidores, conforme escreveu o jornal ‘Público’ no início de fevereiro.

A oportunidade de Sines se transformar numa porta de entrada de gás natural na Europa ganhou força em 2014 em plena tensão entre a Rússia e a Ucrânia. Nesse ano, as tensões entre os dois países escalaram com a chegada ao poder de um Governo-pró Oci-

dente em Kiev, face ao anterior Governo pró-Moscovo.

A ajudar a este cenário também esteve o início das exportações norte-americanas de gás de xisto para a Europa. A Galp foi a primeira companhia europeia a comprar gás de xisto norte-americano em 2016. O primeiro carregamento chegou a Sines em abril, com o navio ‘Creole Spirit’ a transportar o equivalente a uma semana do consumo doméstico de gás natural em Portugal. Outras energéticas em Portugal, como a EDP e a Endesa, também já compraram gás norte-americano. Um desses exemplos foi em fevereiro de 2017, quando as duas companhias compraram gás natural dos Estados Unidos numa altura em que o consumo disparou quase 50% devido ao frio registado e à falta de chuva e vento, que provocou um recuo na produção hídrica e eólica. ● ACM

Terceira interligação de gás com Espanha continua na gaveta

A terceira interligação de gás natural com Espanha permitiria a Portugal aumentar a sua segurança de abastecimento, ao mesmo tempo que iria permitir ao país exportar mais gás natural para a Europa. O gasoduto ligaria Celorico da Beira a Vale dos Frades, em Portugal, a Zamora, em Espanha, segundo o projeto da REN.

Esta interligação tem um custo

previsto total de 139,1 milhões de euros.

A última vez que a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) foi chamada a pronunciarse sobre este investimento foi em abril de 2018. Na altura, este projeto ficou de fora dos projetos base da REN, passando para os projetos complementares, para avaliação e decisão posterior.

A ERSE apontou então que a concretização deste projeto deverá ficar “condicionada ao prévio desenvolvimento dos restantes projetos que permitirão concretizar o desenvolvimento do corredor entre Portugal, Espanha e França”, disse então o regulador, referindo-se ao gasoduto entre Espanha e França, projeto que continua também sem sair da gaveta. ● ACM

Gás natural foi a fonte principal de eletricidade em 2018

O gás natural foi a fonte principal de abastecimento de eletricidade em 2018, com um peso de 27% no consumo.

Segue-se a energia eólica e hídrica, cada uma com 23%, segundo os dados da REN. Já o carvão pesou 21% no consumo nacional. Mais atrás, surge a biomassa (5%) e a solar fotovoltaica (1,5%).

Analisando os dados agrupados,

as fontes renováveis abasteceram 52% do consumo, enquanto as fontes fósseis pesaram 48%.

Em 2018, o gás natural em Portugal atingiu o “segundo consumo anual mais elevado de sempre”, ultrapassado apenas pelo de 2017, ano em que foi registada uma seca, com a quebra de produção de eletricidade pelas barragens, e pelas eólicas, a ser parcial-

mente compensada pelas centrais a gás natural.

Segundo a REN, o gás natural consumido pelas centrais representou 32% do consumo total em 2018, mas este segmento registou uma contração de 25% face a 2017. Esta quebra foi parcialmente compensada por um aumento de quase 5% no segmento convencional, aponta a REN. ● ACM

ENERGIA & AMBIENTE

ENTREVISTA IAN LUSTED Presidente executivo da Australis Oil and Gas

“Na Batalha já sabemos que existe gás natural”

A Australis é o último dos moicanos na pesquisa de hidrocarbonetos em Portugal. Os australianos preparam agora um estudo ambiental para continuarem a pesquisar na Batalha e Pombal. No solo da região oeste pode estar enterrado o equivalente a dois anos do consumo nacional de gás natural.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

A Australis é a única companhia que continua a pesquisar hidrocarbonetos em Portugal. A empresa australiana está a procurar por gás natural na Batalha e em Pombal. Para já, existem bons indícios que existe gás natural na Batalha, mas a companhia continua a precisar de pesquisar para saber se existe gás em quantidades suficientes para ser explorado comercialmente.

Como é que estão a decorrer os trabalhos da Australis nas concessões da Batalha e em Pombal?

A Australis não só cumpriu como superou todos os seus compromissos contratuais em ambas as concessões, operando sempre dentro do quadro legal existente. Desde setembro de 2015, quando as duas concessões nos foram atribuídas, investimos mais de meio milhão de dólares em estudos e análises dos dados disponíveis das duas concessões. Neste momento, estamos a trabalhar no Estudo de Impacte Ambiental (EIA), que uma vez concluído será submetido às autoridades competentes para a sua avaliação e aprovação.

Como é que a Australis analisa a decisão da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de realizar um estudo de impacte ambiental?

A Australis voluntariou-se para se submeter aos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Uma sondagem no *onshore* [em terra] não requer a realização de uma AIA, mas a Australis antecipou um pedido de AIA à APA [Agência Portuguesa do Ambiente] de modo a assegurar que todos pudessem estar confortáveis e de que as avaliações apropriadas e as precauções necessárias, caso se justifiquem, estejam asseguradas. Assim, neste momento, podemos preparar um EIA muito robusto e completo que irá analisar todos os

possíveis impactos das operações propostas e as soluções adequadas para os mitigar. Fazemos notar também que, se após as sondagens a Australis concluir que o projeto é comercialmente viável, qualquer desenvolvimento da atividade estará sujeito a uma nova AIA. Nesta fase, estamos a falar apenas da aprovação para realizar dois poços de pesquisa.

Tendo em conta os trabalhos já realizados: existe gás natural nestas duas concessões?

Na concessão da Batalha (Aljubarrota) estamos a avaliar uma acumulação de gás natural já descoberta, em que a probabilidade média estimada de gás natural recuperável é o equivalente a mais de duas vezes o consumo de gás natural em Portugal tendo por referência o consumo no ano de 2017. Na concessão de Pombal

(Bajouca) ainda não foi demonstrada a existência de gás natural. Os trabalhos de pesquisa poderão permitir provar a acumulação de gás em Aljubarrota e talvez confirmar as nossas expectativas de que existe gás na concessão de Pombal.

Existe gás em quantidade suficiente para ser explorado comercialmente?

Só podemos responder a essa pergunta depois de efetuarmos estes poços de pesquisa na Batalha e em Pombal. Somente fazendo este tipo de estudo é que podemos ter essa informação. Na Batalha, já sabemos que existe gás natural, mas precisamos de testar o poço para comprovar a sua existência e para verificar se pode ser explorado comercialmente.

Segundo as contas da Australis, qual a quantidade de gás natural que pode existir nestas duas concessões? E qual a quantidade de gás natural que pode existir em Portugal?

Neste momento, o único número que podemos partilhar é que, na concessão da Batalha, a probabilidade média estimada de gás natural recuperável é de 12,98 mil milhões de metros cúbicos. Tendo por base o consumo verificado no ano de 2017, por exemplo, isto seria o suficiente para abastecer o país por mais de dois anos.

Se tudo correr conforme o planeado, quando é que a Australis poderia estar a explorar comercialmente gás natural (caso existam quantidades suficientes)?

É difícil de prever, pois ainda estamos a entrar no processo do EIA [Estudo de Impacto Ambiental] para a execução das sondagens. Se estas correrem bem e se a Australis as conseguir realizar num período de um ano, será então solicitado outra AIA para o programa de desenvolvimento. Então, podemos estar a olhar para um prazo superior a dois anos.

Quais as razões que levam a Australis a manter a sua aposta em Portugal?

A Australis está fortemente convicta de que estas concessões merecem ser estudadas e exploradas, já que espera que os estudos demonstrem o seu potencial comercial. A Australis está empenhada neste projeto, que considera ser muito importante não só para a empresa, mas também para Portugal, pois a exploração do gás natural a nível doméstico permitiria uma redução substancial das emissões de CO2 no país, tendo também uma importância geopolítica, já que atualmente Portugal importa todo o seu gás natural e, cada vez mais, via GNL [gás natural em estado líquido], que tem uma pegada ecológica significativamente maior do que o gás natural, sobretudo se este for extraído localmente. Adicione a isso a probabilidade de custos reduzidos. O fornecimento de gás natural a nível interno é a solução mais limpa, mais barata e menos impactante na mudança climática global, enquanto Portugal transita para os 100% de energia renovável até 2050.

Em 2015, a Australis obteve licença para três concessões, mas atualmente está somente a explorar duas concessões. O que é que aconteceu à terceira concessão?

Em 2015, a Australis candidatou-se a três concessões (Batalha, Cadaval e Pombal), mas apenas lhe foram atribuídas duas (Batalha e Pombal). A explicação dada na altura pelas autoridades foi que mais empresas tinham demonstrado interesse na área da concessão do Cadaval e, portanto, essa concessão seria possivelmente atribuída num futuro próximo através de um concurso público. Durante os últimos três anos, deixámos claro às várias autoridades reguladoras que quando está área for novamente colocada a concurso, nós estamos interessados. ●

“
Na Batalha já sabemos que existe gás natural, mas precisamos de testar o poço para comprovar a sua existência

O fornecimento de gás natural a nível interno é a solução mais limpa, mais barata e menos impactante





Foto cedida

“Portugal poderá exportar gás em menos de cinco anos”

A Australis está confiante que o país poderá vir a exportar gás, garantindo partilhar com as autoridades locais parte dos ganhos futuros.

O presidente executivo da Australis está confiante que existe gás natural em quantidade suficiente em Portugal, para a sua exploração ser comercialmente viável. Ian Lusted garante que a companhia vai partilhar os eventuais ganhos futuros com os autoridades locais. A Australis aponta que o gás natural que, eventualmente, venha a ser produzido em Portugal é menos prejudicial ao ambiente do que as atuais importações que o país realiza a partir de países como a Argélia ou a Nigéria.

É possível prever que Portugal se venha a tornar um produtor de gás natural em 10 anos? Portugal pode vir a ser um país exportador?

Se as sondagens confirmarem as nossas expectativas, Portugal poderá tornar-se num produtor de gás natural em menos de cinco anos, mas os factos de que dispomos atualmente não nos permitem compreender se Portugal pode tornar-se num exportador líquido a curto ou médio prazo. É importante lembrar que a utilização de gás natural em Portugal está a aumentar e este é importado a partir do Norte de África, via gasodutos, ou através de GNL, a partir de uma variedade de locais. Estas fontes de importação de gás são caras para o país. Além disso, o GNL, por exemplo, tem uma pegada de carbono muito maior do que o gás de gasoduto, uma vez que tem de passar por processos de arrefecimento, transporte e regaseificação. O gás natural é também explicitamente destacado na política energética portuguesa como uma componente chave para atingir as metas ambientais estabelecidas para 2030 e 2050. É muito importante o fornecimento de gás a nível interno, porque isso é totalmente consistente com a política energética portuguesa e os seus objetivos, além de que vai garantir segurança no fornecimento de uma fonte de energia crucial durante a fase de transição para as metas ambientais de longo prazo. Estas operações também geram benefícios comerciais para as comunidades locais. Os poços perfurados anteriormente nessas áreas demonstraram isso mesmo.

Na sua opinião, quais seriam as vantagens para Portugal se o país se tornasse num produtor de gás natural?

No lado ambiental, o fornecimento interno de gás natural garante uma

pegada de carbono muito inferior à de outras energias, como o carvão ou mesmo o gás natural importado, principalmente via GNL, e isso é um ativo primordial para cumprir os objetivos de Paris 2050. A nível económico, para o consumidor, os preços do nosso gás podem ser menores, porque os custos de transporte quase desapareceriam, mas isso depende dos distribuidores. É normal que, para ganhar quota de mercado, vendamos esse ativo por um preço menor ao distribuidor. Numa perspetiva macro, reduzirá o défice da balança comercial portuguesa e aumentará as reservas energéticas nacionais. É muito importante também mencionar os ganhos numa perspetiva local, porque acreditamos que este projeto poderia ser muito benéfico para a comunidade local. Em caso de sucesso, garantimos que vamos partilhar com as autoridades locais parte do valor gerado pelas nossas operações.

Em comparação com os Estados Unidos e a Austrália, a Australis considera que existe muita burocracia em Portugal?

O processo para obter aprovação para este tipo de operações em Portugal é mais demorado do que em algumas outras jurisdições, mas estas operações são muito comuns e consideradas rotineiras, por exemplo, nos EUA. A Australis reconhece e respeita a legislação de todas as jurisdições onde opera e sempre cumprirá todos os requisitos legais de cada país.

A Australis pretende realizar qualquer tipo de técnicas ambientalmente mais polémicas como o fracking?

Os nossos projetos em Portugal são de natureza puramente convencional. A Australis não solicitou autorização para o uso de técnicas de fraturamento hidráulico para os poços sujeitos à avaliação ambiental em curso, nem tem planos de, no futuro, solicitar a necessária aprovação para estimular poços com essas técnicas. Todas as indicações que temos são de que, da forma como projetamos os poços, o gás irá fluir, a taxas comerciais, sem qualquer estimulação artificial, ou *fracking*. Por isso, o *fracking* não faz parte do nosso plano. Se os poços verticais demonstrarem algo diferente das nossas expectativas, os poços horizontais já não serão perfurados.

O Parlamento recomendou o cancelamento destas concessões. Como é que analisam esta recomendação?

A Australis não comenta decisões políticas.

Como é que a Australis olha para o recuo da Galp/Eni no Alentejo, e para o cancelamento de contratos por parte do Governo, no caso da Repsol ou da Portfuel?

A Australis não comenta decisões de outras empresas ou do Governo.

A Australis considera que existe um mau clima para as empresas estrangeiras investirem em Portugal na área do petróleo e do gás natural?

A Australis só fala por si. E estamos firmemente convencidos de que vale a pena estudar e explorar estas concessões, pois esperamos que os estudos demonstrem o seu potencial comercial. Estamos empenhados em cumprir os nossos contratos.

Nos encontros que a Australis tem com investidores, qual a opinião que os investidores estrangeiros têm do clima para investir em Portugal?

A Australis tem contactos regulares com sua base de investidores na Austrália, na Ásia e na Europa. Durante estas reuniões, discutimos toda a nossa base de ativos, incluindo Portugal. Existe um reconhecimento do ambiente regulamentar complexo na Europa, mas a nossa base de investidores apoia fortemente a oportunidade que Portugal apresenta e está empenhada em que a empresa cumpra as suas obrigações legais e inicie as operações.

A Australis tem tido encontros com o Governo sobre estas concessões? Qual o ‘feedback’ que a Australis tem tido do Governo sobre as duas concessões?

A Australis está em contacto regular com as autoridades portuguesas. Consideramos que é do interesse de Portugal a descoberta de gás natural no país, quer pelas razões económicas já explicadas, mas também porque o gás natural é um bem essencial para Portugal cumprir os compromissos ambientais de Paris. ● ACM

ENERGIA & AMBIENTE



Enrique Marcariani/Reuters

PROSPEÇÃO

Há 60 empresas na corrida ao lítio em Portugal

O nosso país tem uma das maiores reservas de lítio a nível mundial. Em dois anos, o número de pedidos de prospeção e pesquisa por parte de empresas duplicou. O concurso será lançado a “breve trecho”, diz o Ministério do Ambiente.

ANTÓNIO SARMENTO
asarmento@jornaleconomico.pt

Será este elemento metálico o “petróleo” do futuro em Portugal? Com uma das maiores reservas mundiais, a atração dos *players* globais é cada vez maior. Em 2017, as propostas de investimento representavam 3,8 milhões de euros, numa área total de 2.500 quilómetros quadrados. Os pedidos de prospeção e pesquisa continuam a aumentar. O relatório do grupo de trabalho “lítio” identificou há dois anos a existência de 30 pedidos e, entretanto, “foram rececionados mais 30 pedidos de prospeção e pesquisa de lítio mas fora das áreas constantes da RCM (Resolução do Conselho de Ministros) nº 11/2018”, diz ao Jornal Económico fonte oficial do ministério do Ambiente e da Transição Energética.

Sobre o facto de os novos concursos para minas de lítio terem

vindo a ser sucessivamente adiados, o ministério de João Pedro Matos Fernandes responde: “Encontra-se em tramitação o processo de concretização das peças do procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio, no sentido de ser lançado o concurso a breve trecho. Houve necessidade de expurgar dos polígonos das áreas a concurso todas as zonas protegidas ou com direitos já constituídos na prossecução do princípio da sustentabilidade ambiental e territorial”.

Os planos do Governo para a exploração de lítio em Portugal decorrem da RCM nº 11/2018. “No que respeita ao concurso acima referido estamos perante a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, fase prévia à exploração onde se pretende projetos que abarquem toda a cadeia de valor incluindo a fase industrial, com sustentabilidade ambiental e territorial e que prevejam repartição

dos *royalties* entre o Estado e as autarquias”, adianta a mesma fonte oficial.

No rectângulo nacional, segundo o relatório do grupo de trabalho, são descritas nove regiões com ocorrência de mineralizações de lítio em Portugal. Distribuem-

As regiões com ocorrência de mineralização de lítio em Portugal distribuem-se desde a Beira Baixa até ao Alto Minho

-se desde Caminha, no Alto Minho, até Idanha-a-Nova, na Beira Baixa: Serra de Arga, Barroso-Alvão, Seixoso-Vieiros, Almendra, Barca de Alva-Escalhão, Massueime, Guarda (incluindo Seixo Amarelo – Gonçalo, Gouveia, Sabugal, Bendada e Mangualde), Argemela e Segura.

“As áreas a concurso estão nesta fase a ser definidas nas peças do procedimento concursal, estando previstas as zonas identificadas na RCM nº 11/2018 em nove blocos”, esclarece fonte do ministério do Ambiente e da Transição Energética.

O relatório do grupo de trabalho “lítio” identificou há dois anos um conjunto de áreas potenciais bem como de um conjunto de operadores, que atualmente se mantém, designadamente a empresa Slips-tream Resources Investments Pty Ltd. (detida pela Savannah Resources), que detém a concessão de exploração “Mina do Barroso” (Boti-

cas); a empresa Lusorecursos, Lda., que tem em tramitação um pedido de concessão de exploração “Romano” (Montalegre); e a empresa PANNN, Lda., que tem em tramitação um pedido de exploração experimental “Argemela” (Covilhã e Fundão).

De acordo com as estatísticas do United States Geological Survey (USGS), em 2014, Portugal era a sexta maior fonte de lítio do mundo, com cerca de 17,5 mil toneladas métricas extraídas (com um teor de 1,5% de lítio), e para 2016 as reservas estavam estimadas em 60 mil toneladas métricas.

As aplicações deste elemento metálico são essenciais pela sua utilização nas baterias dos veículos elétricos, mas também na sua aplicação em várias indústrias, incluindo a cerâmica e o vidro, os lubrificantes industriais, aplicações médicas, baterias de íões-Li, siderurgia de alumínio, entre muitas outras. ●

LÍLIO

O “ouro branco” está a mudar o mundo

Bolívia, Chile e Argentina são alguns dos países com as maiores reservas de lítio. Os países e as empresas que controlarem a produção deste elemento serão donos da energia do futuro.

ANTÓNIO SARMENTO
asarmento@jornaleconomico.pt

O salar de Uyuni, conhecido como o maior deserto de sal do mundo, na Bolívia, abriga quase metade de todas as reservas mundiais de lítio. O Chile, a Austrália, a Argentina, a China, o Brasil e Portugal são outros países na lista dos países com maiores reservas de lítio. Os maiores clientes, as grandes empresas líderes em produção de baterias recarregáveis, vêm do Japão, EUA, China e Alemanha. E o futuro não se trata apenas de carros elétricos. Dos *smartphones* às máquinas fotográficas digitais, este elemento é essencial para o seu funcionamento.

Michael Schmidt, especialista da Agência Alemã de Recursos Naturais, estima que a procura global alcançará as 111 mil toneladas até 2025, em comparação com as 33 mil toneladas de 2015. Este recurso encontra-se na natureza da mesma forma como o magnésio ou o cálcio - existe naturalmente em rocha e solo, existindo em proporções variadas no solo em diferentes partes do mundo.

Aproveitando as vastas reservas deste elemento metálico, a Bolívia e o seu Governo poderão tentar influenciar os preços no futuro. “Se temos indústrias de lítio, a Bolívia vai colocar um preço no mundo inteiro”, assegurou recentemente o presidente da Bolívia, Evo Morales, numa visita a Uyuni.

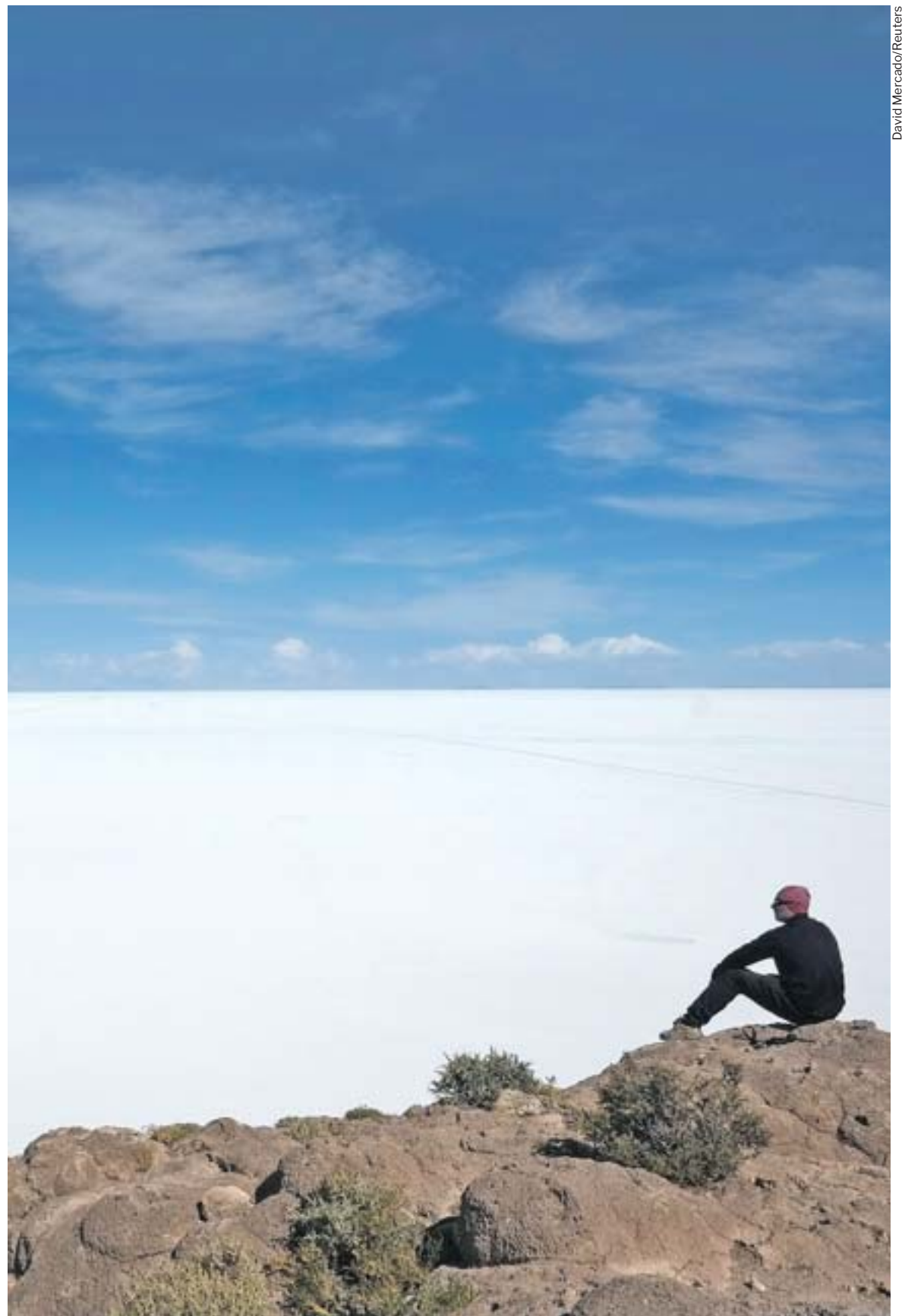
O lítio pode superar os sete mil dólares por tonelada no mercado internacional e Morales garante que a reserva de Uyuni “é a maior do mundo” e “está muito avançada”. No processo para adjudicar

uma fábrica de produção, o governo boliviano tem em mãos propostas da China, Rússia, Europa e EUA.

“Vamos decidir que país ou que empresa” será adjudicada, referiu o presidente, após advertir que “mercados não faltam” e estimar que as “reservas sejam suficientes para garantir cinquenta anos de produção”.

Segundo o ‘Benchmark Mineral Intelligence’ da Bloomberg, o pre-

A procura global deverá alcançar as 111 mil toneladas até 2025, em comparação com as 33 mil toneladas de 2015



David Mercado/Reuters

ço por tonelada métrica quase triplicou em quatro anos, passando de cerca de cinco mil dólares no final de 2013 para quase 14 mil nos últimos meses de 2017 (mais de 11 mil euros à cotação atual).

Para já, a maior mina de lítio do mundo, a Greenbushes, tem em mãos um plano de expansão. Atualmente responsável por quase um terço da oferta global, usará o projecto de 516 milhões de dólares australianos (326,6 milhões de euros) para aumentar a capacidade para cerca de 260 mil toneladas por ano de equivalente de carbonato de lítio.

O total contrasta com a produção de 90 mil toneladas de 2017 e

amplia a expansão actual, que previa uma quase duplicação desse número.

A capacidade expandida entrará em operação a partir do fim de 2020 e a infraestrutura melhorada da mina poderá receber novas ampliações que têm uma significativa capacidade de expansão.

Entre as empresas que dominam atualmente o mercado ocidental de compostos de lítio e encontram-se os grupos norte-americanos Tanex Corporation (do qual fazem parte a SQM-Chile e a Gwalia-Austrália) e a Rockwood Specialties Group Inc. (que inclui a Chemetall-Alemanha, a Cyprus Foote-EUA e a SCL-Chile). ●

A gigantesca bateria de lítio

A Neoen, proprietária da mega bateria que a Tesla instalou na Austrália, lançou no início deste ano um relatório onde mostra que a instalação ajudou a poupar cerca de 40 milhões de dólares em energia. Este é o maior sistema de baterias de iões de lítio do mundo. A instalação foi construída depois de a Tesla ter ganho um concurso público na Austrália. De acordo com a empresa, o sistema serve para “resolver falhas na rede de distribuição de energia, para reduzir intermitências e para gerir picos de carga durante o verão”.

ENERGIA & AMBIENTE



Reuters

ABASTECIMENTO

Água reciclada ganha mais volume na agricultura

Segundo os especialistas, o regulamento agora aprovado pelo Parlamento Europeu deverá aumentar a utilização de água reciclada. Portugal deve apostar na eficiência e redução de perdas.

ÂNIA ATAÍDE
ANTÓNIO SARMENTO
aataide@jornaleconomico.pt

As alterações ambientais são cada vez menos um conceito abstrato, com os principais agentes nacionais e internacionais a procurarem desenvolver respostas concretas de combate e minimização dos efeitos nefastos. Com as secas a ameaçar cada vez mais países, a reutilização da água na irrigação agrícola ajuda a gerir a escassez deste bem tão precioso.

No dia 12 de fevereiro, o Parlamento Europeu (PE) aprovou regras para facilitar esse processo. “Este tipo de medidas, que permitem racionalizar os nossos recursos são por demais necessárias, sobretudo no setor da água onde

percebemos que Portugal pode ter algumas vulnerabilidades. Por um lado, temos o impacto das alterações climáticas, com a subida global da temperatura média, que tem agravado situações de seca em alguns locais do país. Por outro lado, devido à nossa circunstância de proximidade marítima, temos a ameaça da salinização (entrada de água do mar) nos aquíferos que são explorados perto da costa”, diz o eurodeputado José Inácio Faria, pelo Movimento Partido da Terra (MPT), ao Jornal Económico.

A ideia da reutilização da água já tinha sido implantada na Diretiva-Quadro da água e na Diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas. No entanto, considera o eurodeputado, “para esta avaliação devem contribuir todos

os atores da cadeia de abastecimento, recuperação e tratamento, com o seu conhecimento técnico-científico e prático”. Apesar de alguns Estados-membros do sul da Europa terem já alguns requisitos aplicáveis à reutilização de água, o problema não está restrito a esta zona, com vários outros países da UE a sofrerem períodos de seca e de sobreexploração das suas fontes de água. “Não há necessidade de termos água potável para consumo humano em todos os contextos de utilização de água. Pois se a UE concordou num Plano de Ação para a Economia Circular e se temos boas práticas em algumas nações europeias para a reutilização de água, faz todo o sentido que aproveitemos para outros fins as águas que passaram por nós uma vez, obviamente que com critérios

de tratamento diferenciados para que sejam seguras em cada situação de reutilização”, sublinha o eurodeputado.

Para Carla Graça, vice-presidente da Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável, este regulamento, agora aprovado pelo Parlamento Europeu, pode revelar-se de uma importância significativa. “Desde que se garanta a transferência da água reciclada dos centros urbanos - e dos grandes centros urbanos no litoral, onde o volume de água reciclada será maior e mais custo-eficaz - para as regiões com maior necessidade de água para as culturas agrícolas, que não se situam necessariamente no litoral”, acrescenta a responsável.

O impacto em Portugal

Sobre que papel poderão ter as autoridades nacionais na promoção desta área, Carla Graça explica ao Jornal Económico que o principal papel depende da forma como as autoridades apliquem as regras em Portugal. “Deverão ser implementados sistemas junto das autarquias para que a água reciclada seja a principal origem nos usos urbanos de lavagem de frotas e pavimentos e regas de jardins e espaços verdes. Uma campanha sem que as opções sejam claras e a infraestrutura esteja criada terá pouco ou nenhum impacto”.

Sobre o impacto desta medida no nosso país, onde medidas semelhantes já estavam a avançar, em paralelo com as diversas políticas de gestão de água que têm sido emitidas neste mandato da Comissão Europeia, José Inácio Faria explica: “Por via da pressão do problema da seca severa é interessante que, em Portugal, se pensem em utilizações alternativas para reutilização de água que não só a irrigação agrícola, como fez a Comissão Europeia e que motivou também as propostas de alteração do Parlamento Europeu”.

É preciso não esquecer que Portugal e a Península Ibérica serão precisamente das zonas da Europa mais afetadas pelas alterações climáticas, estimando-se que as secas e o **stress** hídrico se venham a tornar cada vez mais frequentes.

“Portugal tem também que apostar na eficiência do uso da água e na redução de perdas, em todos os sectores, nomeadamente no abastecimento público de água (onde alguns municípios ainda registam perdas reais da ordem dos 70%) e na agricultura (com perdas estimadas da ordem dos 37%). Dificilmente, a utilização de água reciclada atingirá este nível de uso, pelo que reduzir perdas é talvez o factor mais determinante a resolver nos próximos tempos”, conclui Carla Graça, vice-presidente da Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável. ●

De acordo com dados da Comissão Europeia, o potencial total de reutilização da água até 2025 é de cerca de 6,6 mil milhões de metros cúbicos em comparação com os atuais 1,1 mil milhões de metros cúbicos por ano

ENTREVISTA ANA OLIVEIRA ROCHA Advogada da PLMJ

“A preocupação latente tem sido reduzir o défice do setor elétrico”

Ana Oliveira Rocha, de equipa de direito da energia e recursos naturais da PLMJ, acredita que a integração das renováveis no regime aplicável às atividades do setor elétrico foi uma das mudanças legislativas mais importantes em Portugal.

MARIANA BANDEIRA

mbandeira@jornaleconomico.pt

A advogada da PLMJ Ana Oliveira Rocha, que assessorou a venda da maior central solar em Portugal sem tarifas subsidiadas, considera que o quadro normativo português é favorável ao investimento no setor energético, à produção de energia elétrica e à redução dos combustíveis fósseis nos transportes.

“A evolução tecnológica e do mercado ibérico de eletricidade tem gerado mais oportunidades e, portanto, perspectivas promissoras quanto a um maior desenvolvimento da produção de energia elétrica de origem renovável, que já compete, sob determinadas circunstâncias, em termos de preços em regime de mercado, com a energia elétrica de origem fóssil”, afirma. Entre os fatores que motivam este dinamismo está a abertura do mercado dos biocombustíveis às importações por produtores estrangeiros; o facto de as políticas de sustentabilidade estarem a ser revistas e atualizadas e o reforço dos compromissos internacionais de Portugal nesta matéria – do qual é exemplo o Plano Nacional Energia e Clima, submetido à Comissão Europeia.

No entanto, na visão de Ana Oliveira Rocha, permanece a necessidade de “criar bases favoráveis ao investimento em toda a cadeia de valor” quando o assunto é a indústria mineira, nomeadamente o lítio, que tem “recursos economicamente relevantes disponíveis em Portugal”. Esta é, talvez, a área em que a aposta não está a acompanhar as restantes, apesar de ser previsível que seja lançado um concurso para atribuir direitos de prospeção deste mineral ainda em 2019.

Em entrevista ao Jornal Económico, a associada coordenadora da equipa de Direito da Energia e Recursos Naturais lembrou ainda que as antigas normas com mais impacto na fatura energética dos consumidores não resultaram só das políticas de remuneração garantida das renováveis. “Analisando-se todo o caminho traçado pelos vários governos e entidades do setor



Cristina Bernardo

neste campo, tem-se uma clara percepção de que, além dos objetivos de eficiência, sustentabilidade e independência energética, a preocupação latente é a de reduzir o défice do setor elétrico nacional”, explica.

Depois de um ano de várias fusões e aquisições de empresas energéticas a nível global, Ana Oliveira Rocha prevê que o elevado número de transações se mantenha, sobretudo associadas a organizações com atividades de produção de energia elétrica renovável que já detenham licenças.

Porém, Ana Oliveira Rocha salienta que está em cima da mesa uma alteração legislativa em relação à atribuição de direitos de produção e injeção de energia elétrica de origem solar, que, a seu ver, “pode afetar substancialmente a atual dinâmica do mercado nacional, bem como o cumprimento das metas nacionais associadas à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis e de emissões”.

“Há exemplos lá fora da implementação de mecanismos deste tipo que não correram muito bem pois, se por um lado a fixação de uma tarifa de venda gera previsibilidade nos rendimentos (dependendo dos termos em que possa ou não haver previsibilidade), também pode gerar uma corrida a concurso com propostas excessivamente baixas vencedoras”, alerta a advogada. ●

“Além dos objetivos de eficiência, sustentabilidade e independência energética, a preocupação latente é a de reduzir o défice do setor elétrico nacional”, explica Ana Oliveira Rocha

ENERGIA & AMBIENTE



Foto cedida

ENTREVISTA **PAULO RENATO REIS** Presidente-executivo do grupo Terris

“Meta em 2019 é continuar a crescer na casa dos dois dígitos”

Estratégia do grupo Terris passa por criar e adquirir novas empresas. Maioria da aposta do projeto industrial passa pela produção para o mercado alemão, espanhol e francês. Empresa conta com um volume de negócios de 23 milhões de euros.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@jornaleconomico.pt

Com mais de dez anos de ligação ao mercado português, o grupo Terris, atua de forma transversal na gestão sustentável do território, mais propriamente nas suas práticas de investigação, inovação na gestão florestal, resíduos sólidos urbanos e industriais. O grupo empresarial era anteriormente conhecido por Ecorede, mas passou a designar-se Terris já em 2019, para evitar uma eventual sobreposição de identidade das empresas que hoje constituem o grupo empresarial.

Em entrevista ao Jornal Económico, o presidente-executivo do grupo Terris, Paulo Renato Reis, refere que a estratégia no futuro “passa por acrescentar valor aos nossos clientes”, já que eles são “o nosso foco”. Até porque, afirma, “o

modelo de gestão que usamos em todas as nossas empresas tem como matriz comum oferecer serviços de excelência aos nossos clientes. Para isso procuramos diariamente desenvolver talento nas nossas empresas, sendo que um vetor crucial são os nossos recursos humanos”.

Sobre todo o processo de reestruturação que a empresa atravessa, Paulo Renato Reis, assume que “o nosso objetivo é que o mercado tenha uma ideia muito clara sobre o que cada empresa faz e onde pode acrescentar valor”, sendo que “para isso foi necessário efetuar uma cisão por áreas de negócio, com administrações próprias, com algum impacto na orgânica do grupo Terris e, claro, das próprias empresas que dele fazem parte.

O responsável salienta que “as mudanças traduzem-se quase sempre por alguns momentos de ansiedade, mas penso que esta res-

truturação é uma evolução muito positiva para o grupo e está a ser encarada com muito otimismo e responsabilidade, e por parte do mercado estamos a sentir uma ótima aceitação”.

Sobre os objetivos para este ano, Paulo Renato Reis, refere que a “estratégia passa por criar, novas empresas com maior valor acrescentado, onde o fator inovação esteja presente”, e que a Terris está “a estudar algumas possibilidades por via de aquisição de algumas empresas. Umhas que são da nossa área de atuação e outras que podem ser complementares à nossa atividade”, afirma.

No entanto, o empresário frisa que a história da Terris “tem sido começar do zero”, sendo que “este ano avançaremos com a criação de uma nova empresa, com base na economia circular. Iniciaremos com este novo projeto o nosso caminho na indústria, o que será um

momento marcante para a história do grupo Terris”, sublinha.

Ao nível financeiro, o grupo empresarial tem um volume de negócios consolidado de 23 milhões de euros o que “representa um crescimento de 20% no nosso volume de negócios, com um EBITDA de 15%. Em 2019, temos como meta continuar a crescer na casa dos dois dígitos. Este ano marcará a criação de novas empresas, quer no âmbito da economia circular, quer no âmbito da economia digital”, explica Paulo Renato Reis.

A empresa pretende manter o foco no mercado português, sendo que “no âmbito do nosso projeto industrial, 80% do que produzirmos será para o mercado europeu, nomeadamente o mercado francês, alemão e espanhol. Essa é a via pelo qual o grupo terá a sua exposição ao mercado externo”, salienta. ●

“No âmbito do nosso projeto industrial, 80% do que produzirmos será para o mercado europeu”, refere Paulo Renato Reis

FÓRUM ECONÓMICO do **Funchal** 2019

5 ABRIL
Teatro Municipal
Baltazar Dias
📍 Funchal

TEMAS

Reabilitar
para crescer

O Estado
da região

Para mais informações: forum.funchal@jornaleconomico.pt



ENERGIA & AMBIENTE



Cristina Bernardo

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

O Governo tem um envelope financeiro de três milhões de euros para incentivar a mobilidade com zero emissões. Os carros e as motos continuam a ter direito ao cheque de incentivo este ano, com este apoio a ser agora alargado à compra de bicicletas.

O carro elétrico vai ter direito a um bolo total de 2,650 milhões de euros no total, mais 400 mil euros face a 2018. Mas há uma alteração este ano: o cheque individual para os particulares que comprarem um carro elétrico vai crescer 33% para 3.000 euros. Apesar do valor total aumentar, com o aumento do cheque individual, o número de máximo de beneficiários do cheque vai diminuir. Assim, se em 2018, quem comprou os mil primeiros carros elétricos tinha direito ao cheque de 2.250 euros, este ano o cheque de 3.000 euros só vai chegar aos 883 primeiros compradores particulares de carro elétrico, isto se todas as primeiras unidades foram compradas apenas por particulares.

No bolo total dos 2,650 milhões de euros, também entram os cheques para a compra de carro elétrico por parte das empresas, cujo valor mantém-se este ano nos 2.250 euros. Mas agora cada empresa só tem direito a desconto na compra de quatro carros elétricos, enquanto que no ano passado o cheque dava desconto na compra de cinco unidades.

Contudo, este ano o Governo aprovou uma alteração que coloca um travão aos cheques para comprar carros elétricos de luxo, pois aprovou um teto máximo. Desta forma, os carros que custem mais de 62.500 euros não vão ter direito ao incentivo de três mil euros, o que deixa de fora a maioria dos Tesla, à exceção da versão mais barata do recém lançado Model 3.

A grande novidade este ano é que a compra de bicicletas elétricas também passa a ter direito a um cheque de incentivo no valor de 250 euros, num pacote de 250 mil euros que vai servir para financiar a compra de mil bicicletas.

“Vamos pedir que na fatura, ou numa declaração anexa, que o vendedor declare que aquela bicicleta não é uma bicicleta desportiva, de montanha, com suspensão integral. Portanto, para que o cheque seja para uma bicicleta elétrica para uso corrente, citadina, urbana. Por razões óbvias, o que está em causa aqui não é apoiar bicicletas de desporto, é apoiar bicicletas de uso corrente”, explica ao Jornal Económico o secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, José Mendes.

Tal como no ano passado, o cheque para comprar uma moto elé-

trica continua em vigor, mas o ministério do Ambiente e da Transição Energética procedeu a alterações este ano, face à baixa procura em 2018, quando apenas 41 cheques foram levantados num total previsto de mil. Este ano, está previsto que este incentivo apoie a compra de até 250 motos elétricas, com o valor de desconto de 20% do preço da moto, com um teto máximo de 400 euros por cada unidade. Tal como nas bicicletas e nos automóveis, o cheque está limitado à compra de uma unidade por cada número de contribuinte.

Depois das vendas de carros elétricos terem crescido 148% em 2018, para um total de 4.073 viaturas, o Governo está confiante que esta tendência de crescimento vai continuar este ano.

“Claro que o incentivo ajuda, mas o crescimento está a acontecer independentemente do incentivo. Nem todos os carros elétricos comprados ou vendidos em Portugal são objeto de incentivo porque nós temos um limite [2,650 milhões de euros] que resulta da limitação orçamental. Não está no nosso horizonte apoiar todos os carros comprados, não conseguimos fazer isso”, afirma José Mendes.

“Só em janeiro o número de vendas triplicou: o aumento foi de 209%, o que significa que estamos em aceleração absolutamente exponencial, e resulta muito das compras das empresas, como o pacote fiscal, que é bom para as empresas, independentemente de só poderem ter o apoio de quatro veículos por empresa. As empresas fazem as suas contas e está a haver uma adesão”, segundo o secretário de Estado.

Os três modelos mais vendidos no ano passado foram o Nissan Leaf (1.593 unidades), Renault Zoe (1.305) e BMW I3 (363). Estes três modelos, por exemplo, continuam a ter direito a receber o cheque, agora de três mil euros, pois o seu preço fica abaixo do teto máximo de 62.500 euros previsto para os particulares que comprem carro elétrico este ano. ●

MOBILIDADE ZERO EMISSÕES

Três milhões para promover a mobilidade elétrica

O Governo aumentou o apoio financeiro para a compra de veículos amigos do ambiente. São três milhões de euros no total, para promover a compra de carros, motos e bicicletas elétricas pelos portugueses.

Acaba-se o cheque para comprar carros elétricos de luxo, acima de 62,5 mil euros. Já as bicicletas elétricas vão ter direito a um cheque no valor de 250 euros, num total de mil bicicletas compradas

MOBILIDADE ELÉTRICA

Nissan escolhe Efacec para os seus postos em Portugal

A construtora automóvel japonesa vai investir dois milhões em Portugal para instalar 100 postos de carga rápida. A portuguesa Efacec foi a escolhida.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

Portugal vai ganhar 100 novos postos de carga rápida até ao final de 2020. Estes novos postos vão ser instalados pela Nissan em parceria com várias companhias.

A construtora automóvel japonesa pretende investir um total de dois milhões de euros neste projeto. A Nissan escolheu os carregadores da portuguesa Efacec para equipar os seus postos nacionais.

“Os carregadores são da Efacec, estamos assim a incluir talento nacional neste projeto. Compramos o melhor que há no mercado, porque o mais importante para o cliente é que os equipamentos funcionem bem”, disse Brice Fabry, responsável da Nissan, ao Jornal Económico.

“É por isso que temos uma relação muito forte com a Efacec, os produtos são de qualidade, e estamos a trabalhar em conjunto no desenvolvimento da próxima geração de carregadores. Todos os 100 carregadores vão ser da Efacec: quando se tem um bom parceiro, não se muda de parceiro”, afirmou em entrevista ao JE no Fórum Mobilidade Inteligente da Nissan, que teve lugar no início de fevereiro em Lisboa.

Os primeiros 20 carregadores rápidos da marca nipónica vão ser instalados em parceria com a Galp, mas a Nissan revela-se disposta a forjar mais parcerias para instalar os restantes 80 carregadores rápidos.

“Ter as companhias de combustíveis é muito importante, pois não é preciso indicar onde estão porque todos conhecem estas localizações. O importante também é escolher parceiros para instalar carregadores em locais onde as pessoas estão presentes, como no supermercado, no cinema, ou no ginásio, locais onde as pessoas gastam um mínimo de 30 minutos”, segundo Brice Fabry, diretor da unidade de veículos elétricos da Nissan Europa.

Em 2011, chegou a ser lançada a primeira pedra da fábrica de bate-



Foto cedida

rias para carros elétricos da Nissan em Portugal. A pedra foi lançada pelo ex-primeiro-ministro José Sócrates na zona de Cacia, Aveiro, mas o projeto acabou por nunca sair do papel.

Questionado se a Nissan planeava construir alguma fábrica de baterias na Europa, o responsável afasta essa possibilidade.

“Penso que na Europa temos todos de pensar em fabricar aqui baterias, mas hoje em dia não há planos para instalar uma fábrica na Europa. Ainda é cedo, mas não sabemos o que pode vir a acontecer”, respondeu Brice Fabry.

Marca nipónica quer instalar os 100 postos de carga rápida até ao final de 2020

Portugal encontra-se entre os 10 maiores mundiais de carros elétricos para a Nissan

O responsável da Nissan apontou que, se uma fábrica de baterias na Europa implicar baterias mais caras, então os carros da marca passariam a ser mais caros, o que “não seria bom para o negócio”.

O Nissan Leaf foi precisamente o carro elétrico mais vendido em Portugal em 2018, com 1.593 unidades vendidas, ultrapassando o Renault Zoe (1.305) e o BMW i3 (363).

Na apresentação deste investimento no início de fevereiro em Lisboa, o diretor-geral da Nissan Portugal, António Melica, apontou que a marca “quer tomar o papel de ator principal em Portugal nas infraestruturas de carregamento rápido”.

“As infraestruturas de carregamento são fundamentais para acelerar a eletrificação da mobilidade”, afirmou António Melica.

Portugal é o sexto maior mercado europeu para a Nissan em termos de vendas de carros elétricos, excluindo a Noruega, onde existem cheques bens generosos, e diversos incentivos para a compra de carro elétrico.

Portugal representa assim 6% das vendas do Nissan Leaf na Europa, encontrando-se entre os 10 maiores mercados a nível global. O elétrico Leaf já pesa 10% nas vendas da marca nipónica em Portugal. ●

OPINIÃO

A digitalização fará toda a diferença no futuro



LISA DAVIS
Membro do Conselho de Administração da Siemens

Nos dias que correm, a produção de energia enfrenta um cenário de megatendências que afeta o mundo todo. Temos as alterações demográficas, com a população global, em 2050, a passar dos atuais 7,3 para os 9,7 mil milhões de pessoas. Estamos também a enfrentar alterações climáticas, com a atmosfera do nosso planeta a registar, em 2017, a maior concentração de dióxido de carbono em 800 mil anos. Dominar estes desafios, para além de ser uma enorme preocupação política, exige ainda uma abordagem tecnológica.

Que tecnologias vão moldar o futuro sistema energético descarbonizado? Para já, sabemos que a digitalização e a integração serão elementos vitais de todas estas tecnologias.

Neste momento, não podemos afirmar que a indústria da energia é totalmente digital. Mas os tempos estão a mudar. Mais automação e inteligência podem gerar ganhos de eficiência significativos e maior segurança em todas as etapas da cadeia de valor. Ao recolher dados e ao analisá-los, podemos transformar grandes quantidades de informação em decisões operacionais mais informadas, e podemos fazê-lo mais rapidamente.

As tecnologias digitais disponibilizam um nível de inteligência cada vez maior para todos os tipos de fornecedores de energia, para os consumidores e, especialmente, para a rede elétrica. Criam novas oportunidades para interligar os diversos elementos do panorama energético, mesmo entre setores, e para otimizar as vantagens de cada um deles.

Power-to-mobility, o conceito que avança as capacidades de armazenamento do setor da mobilidade elétrica, é apenas outro exemplo das áreas que

estão a mudar as regras do jogo. Os setores industriais e da construção também oferecem importantes oportunidades para mudar a alocação de energia, mediante uma melhor integração dos níveis de procura e da capacidade de armazenamento de calor, frio e de produtos químicos.

Considerando o objetivo de longo prazo de descarbonizar o setor da energia e de criar um novo *mix* energético, a tecnologia de hidrogénio, juntamente com os biocombustíveis, está a emergir como alternativa sustentável ao petróleo e gás. As tecnologias de conversão e de armazenamento acabam por ser indispensáveis, uma vez que os sistemas de energia totalmente baseados em energias renováveis enfrentam o enorme desafio de ter de equilibrar constantemente a procura e a oferta.

O hidrogénio é frequentemente referido como o “combustível do futuro”, porque tanto a sua produção a partir de fontes renováveis como o seu consumo são sustentáveis. Nesta área, a Siemens está a construir uma instalação de hidrogénio verde, alimentada por energia solar, no parque Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, operado pela Dewa. Trata-se de uma central elétrica dedicada à produção e ao armazenamento de hidrogénio, que funciona com energia renovável obtida do maior parque solar do mundo. Uma inovação concreta, verdadeiramente revolucionária.

O desenvolvimento destes novos conceitos tecnológicos está a dar-se a uma velocidade sem precedentes e está a transformar indústrias inteiras. Mais ainda, está a acelerar as mudanças que são necessárias para um futuro mais sustentável e mais limpo.

A fim de permitir a participação construtiva de povos e sociedades e de evitar que sejam ultrapassados por essa transição, empresas e governos devem definir um quadro estável para a inovação e geri-lo de forma responsável. O diálogo e a colaboração são essenciais para superarmos os desafios e tirarmos partido das oportunidades dos sistemas energéticos atuais e futuros. ●

ENERGIA & AMBIENTE



HO/Reuters

INOVAÇÃO

Estudante cria produto para limpar petróleo derramado no mar

César Filho, aluno da Universidade de Coimbra, criou um projeto inovador que vai permitir recuperar ambientes que tenham sido contaminados através de derrames de petróleo. Futuro passa por estender o projeto a outro tipo de poluentes.

INÊS PINTO MIGUEL
imiguel@jornaleconomico.pt

A Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) não consegue parar de somar projetos inovadores. César Cavalcante Filho é um estudante de doutoramento em Coimbra que está a ser reconhecido pela sua descoberta, que irá ajudar a recuperar ecossistemas marinhos danificados por poluição.

O projeto do jovem estudante de Química assenta no “desenvolvimento de um conjunto de géis com uma elevada capacidade de remediação de ambientes contaminados com petróleo”, o que poderia fazer com que a crise petrolífera da BP em 2010, evitasse a morte de tantos seres marinhos e aves.

Desenvolvido no âmbito do doutoramento de César Filho, com particular atenção na especialização em Química Macromolecular, o projeto baseia-se em uma solução inova-

dora com um custo relativamente baixo, que permite recuperar ambientes que tenham sido contaminados com hidrocarbonetos, que estão presentes no petróleo.

O investigador da FCTUC diz que optou por desenvolver um sistema polimérico em formato de gel porque estes conseguem ter um custo bastante reduzido, ainda que sejam criados com constituintes de origem natural e animal. César Filho utilizou no seu projeto uma substância designada quitosano, que pode ser encontrado nas carapaças de crustáceos como camarões, lagostas e caranguejos, e usou ainda pectina, uma fibra solúvel que pode ser extraída através de cascas de frutas cítricas, de maçãs e ainda através de batatas, tomates e beterrabas. O estudante de doutoramento considera a sua descoberta como “promissora” por ser preparada através de “metodologias simples”. Os géis foram criados pela primeira vez a quatro mãos, sendo que César Filho teve a



“Ainda há muito trabalho a fazer para que um produto completo com base nesta solução chegue ao mercado”, afirma César Filho

ajuda e supervisão do professor Artur Valente, do departamento de Química da FCTUC.

Sabendo que os hidrocarbonetos podem ter efeitos adversos na saúde humana e que afetam o meio ambiente, a equipa de investigadores revela ter encontrado esta solução que mostra ser um método alternativo a utilizar para combater os que se usam atualmente na recuperação dos ecossistemas contaminados com os derivados do petróleo. Assim, “pretende-se a remoção eficaz de hidrocarbonetos do ambiente, quando ocorrem derrames de petróleo”.

Os testes que foram realizados no laboratório da Faculdade de Coimbra, em amostras que imitam situações reais, revelam um futuro promissor, pois “apresentam uma elevada capacidade de remoção dos hidrocarbonetos do petróleo”. Embora os resultados sejam satisfatórios para os dois investigadores, o estudante admite que existe a necessidade de se realizar “mais estudos para que estes materiais

possam ser utilizados em condições ambientais complexas”, como grandes catástrofes provocadas por erro humano, como a de 2010 no Golfo do México.

Ainda assim, estão satisfeitos com o trabalho que foi desenvolvido porque “os resultados alcançados permitem prever as potencialidades dos géis sintetizados em aplicações ambientais reais”. O estudante acrescenta que “ainda há muito trabalho a fazer para que um produto completo com base nesta solução chegue ao mercado”.

César Filho garante que este não é o único projeto que está a ser desenvolvido pelo grupo de investigação a que pertence. Apesar de já conseguirem apresentar resultados para a remoção deste tipo de poluição, estão a desenvolver os mesmo géis com um potencial para “remoção de outros poluentes, que não hidrocarbonetos aromáticos”, o que vai permitir desenvolver outras potenciais aplicações. ●

PETRÓLEO

A crise na Venezuela também passa pelo subsolo

O país tem as maiores reservas de “ouro negro” do mundo mas as sanções de Trump aumentaram a pressão na petrolífera estatal, a PDVSA.

ANTÓNIO SARMENTO

asarmento@jornaleconomico.pt

A Venezuela tem a gasolina mais barata do mundo. Um litro de super, a mais usada, custa 0,01 dólares por litro (0,009 euros). Para se ter um termo de comparação, os habitantes sabem que um litro de combustível é vinte vezes mais barato do que uma garrafa de água pequena. De acordo com o *site* GlobalPetrolPrices, Sudão, Irão, Koweit, Argélia, Nigéria e Egito são os outros países, após a Venezuela, com a gasolina mais barata.

Em janeiro, para apoiar Guaidó, a administração norte-americana de Donald Trump aplicou sanções à petrolífera estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA). As sanções congelaram todos os recursos que a petrolífera venezuelana tem no território norte-americano e proibiu os cidadãos e empresas norte-americanas de se relacionarem com a PDVSA.

A Venezuela precisa desesperadamente de vender o “ouro negro” aos Estados Unidos. Segundo a agência Reuters, em janeiro, a Venezuela produziu 1,17 milhões de barris diários. Em novembro de 2018, de acordo com as contas da Administração de Informação de Energia, chegavam aos EUA 560 mil barris de petróleo da Venezuela todos os dias.

Agora o tempo é desespero. A Venezuela envia à Rússia e à China 450 mil barris todos os dias, mas não pode cobrar nada em troca porque o regime de Nicolás Maduro envia petróleo a estes dois países como pagamento em espécie pelo financiamentos que os russos e os chineses lhe concederam.

Antes do agravamento da crise, a alta produção de petróleo e o baixo preço da gasolina influenciava o dia-a-dia dos venezuelanos. A começar pelo tráfego. O trânsito na cidade é caótico e carros de marca Toyota, Chevrolet ou Hyundai têm, no mínimo, 1.900 de cilindrada.

Às seis da manhã, as filas eram caóticas em todos os acessos da capital. Para piorar ainda mais a situação, muitos condutores estacio-



Ho/Reuters

navam os carros na berma da estrada para ir ao banco, à padaria ou até comprar o jornal. A esta hora, o ponteiro que controla a velocidade dos automóveis quase não mexia: 1,2 quilómetros por hora era a velocidade máxima a que se conseguia circular na Avenida Francisco de Miranda, uma das principais de Caracas.

Segundo a agência Reuters, em janeiro, a Venezuela produziu 1,17 milhões de barris diários

A decisão de aumentar o preço do combustível sempre provocou reações fortes por parte da população. No dia 27 de fevereiro de 1989, data que ficou conhecida como o “Caracazo”, o governo do presidente Carlos Andrés Pérez anunciou uma série de medidas anti-populares para conter a crise económica do país. Uma delas foi o aumento do preço da gasolina.

Milhares de pessoas saíram às ruas para protestar. Os conflitos duraram cinco dias e morreram mais de mil pessoas. Em 2002, temeu-se que acontecesse o mesmo. O presidente Hugo Chávez decidiu demitir os gestores da PDVSA e substituí-los por pessoas da sua confiança. Em protesto, e para tentar forçar a queda do presidente, os opositores convocaram uma greve geral de trabalhadores. Como consequência, metade dos poços do país ficaram paralisados. ●

OPINIÃO

Diesel, alterações climáticas e qualidade do ar



ANTÓNIO COMPRIDO

Secretário-geral da Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas - APETRO

Num mundo complicado em que há múltiplas variáveis com dependências entre si que não são facilmente reproduzíveis em modelos de análise, há uma tendência compreensível em simplificar ao extremo, procurando explicações do estilo causa/efeito, confundindo muitas vezes a realidade. Tudo isto é aceitável se a intenção for procurar explicações que sejam entendíveis pela maioria das pessoas, mesmo não especialistas. Mas já não o será quando se confundem deliberadamente realidades distintas que podem levar à tomada de decisões incorretas.

Vem tudo isto a propósito da clara campanha de demonização dos motores de combustão interna, com especial incidência no gasóleo. Quero com isto dizer que estes são inócuos e não têm impacto no planeta e na qualidade de vida das pessoas? Obviamente que não. Mas tentar reduzir a resolução de todos os problemas que enfrentamos em termos de alterações climáticas, congestionamento de tráfego e qualidade do ar, à simples substituição de um tipo de motorização por outro, de que apenas se destacam as virtudes, não é uma abordagem séria nem correta, dos desafios que enfrentamos na mobilidade.

Ora vejamos. Em termos de emissões de gases com efeito de estufa e consequentemente do impacto nas alterações climáticas, trata-se de um problema global, quer em termos de geografia, quer em termos de ciclo de vida. No primeiro caso é indiferente onde as emissões se produzem, e no segundo há que contabilizar todas as emissões desde a extração das matérias-primas para o fabrico dos veículos até ao seu abate no fim de

vida. E aqui há inúmeros estudos que apontam para uma paridade entre veículos elétricos e com motores de combustão interna.

O claro ganho dos primeiros em termos de utilização é parcialmente ou mesmo totalmente anulado com as fases de fabrico e de fim de vida. Isto é, um veículo elétrico novo, no *stand*, já foi responsável por uma quantidade de emissões que os motores de combustão interna apenas atingirão ao fim de muitos anos de utilização.

Se pensarmos nas questões da qualidade do ar que respiramos, particularmente nos centros urbanos com elevado congestionamento de tráfego, então os veículos elétricos com zero emissões no tubo de escape levam uma clara vantagem, particularmente em termos de NOx, já que no que diz respeito a partículas materiais, a utilização de filtros cada vez mais eficazes anulou as diferenças existentes. Mas, mesmo em termos de NOx, os novos veículos que cumprem as normas EURO VI, já estão dentro dos limites aceitáveis.

Se pensarmos no congestionamento do tráfego é fácil perceber que não se resolvem com a tecnologia de tração, mas sim com medidas como o planeamento do território, a oferta de transportes públicos, a partilha de meios e sobretudo as mudanças de hábitos das pessoas.

Daí que conclua dizendo que não há uma solução única para todos os problemas, que muitas tecnologias irão coexistir no futuro, devendo cada situação ser analisada, e escolhida a melhor opção conforme as circunstâncias. ●

Tentar reduzir a resolução de todos os problemas à simples substituição de um tipo de motorização por outro, não é uma abordagem séria nem correta

ENERGIA & AMBIENTE



Reuters

BREVES

Aprovado plano da REN de 535 milhões

O Governo aprovou o plano de desenvolvimento e investimento na rede de transporte de eletricidade para o período 2018-2027, anunciou a REN esta semana. Este plano contempla investimento de 535,1 milhões de euros até 2027. “Foi aprovado pela Secretaria de Estado da Energia o Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Transporte de Eletricidade para o período 2018-2027, num montante total de CAPEX [investimento] de 535,1 milhões de euros. A aprovação contempla projetos base e complementares”, pode ler-se no comunicado da REN divulgado na CMVM. A companhia presidida por Rodrigo Costa também já tinha obtido luz verde do Governo em janeiro para investir um total de 55 milhões de euros nas suas infraestruturas de gás natural.

CONFERÊNCIA

Como viver sem plástico?

Governantes, empresários e especialistas debatem esta sexta-feira a necessidade de redução do consumo de plástico, na conferência “Vive(r) com menos plástico”, em Lisboa.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Como viver com menos plástico? Este é o ponto de partida de um debate que irá ocorrer esta sexta-feira, dia 22 de fevereiro, no auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em Lisboa.

Numa altura em que o mundo enfrenta diariamente novos desafios na área ambiental e para a qual vão surgindo algumas respostas, sendo necessário aprofundar outras, governantes, empresários e especialistas reúnem-se para debater a redução do consumo de plástico, na conferência “Vive(r) com menos plástico”.

O evento vai contar com a participação do ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes; do secretário de Estado do Ambiente Carlos Martins; do secretário de Estado da Defesa do Consumidor, João Torres; ou do responsável da direção-geral do Ambiente da Comissão Europeia, Paulo Lemos.

Também vão participar diversos responsáveis de empresas, de associações setoriais ou da sociedade civil. Entre os temas irão discutir-se os sistemas de incentivo e depósito de embalagens em prática, a inovação e empresas dos primeiros passos rumo ao futuro, os compromissos e resultados alcançados e associações setoriais de operadores económicos.

A conferência tem lugar depois de publicado no final de 2018 o quadro legal que criou um sistema de incentivo à devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis e de depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio.

Todavia, a lei carece ainda de regulamentação, estando o Governo a “dar início aos trabalhos preparatórios, num processo colaborativo com as principais partes interessadas”, de acordo com o comunicado do gabinete do Secretário de Estado do Ambiente.

É assim relevante “aprofundar o modelo de gestão de sistemas já

adotados noutros países europeus, pelo que participação entidades públicas e privadas da Noruega e da Áustria, partilhando a sua experiência e conhecimento neste domínio”, segundo o mesmo documento.

Comissão Europeia avalia diretiva sobre Plásticos de Uso Único

A Comissão Europeia também irá marcar presença, onde irá apresentar “o ponto de situação desta iniciativa [diretiva sobre Plásticos de Uso Único] e perspetivas futuras, face à introdução de importantes medidas, nomeadamente a eliminação de determinados itens de uso único, regras específicas para a conceção de embalagens e a introdução de metas de recolha seletiva para determinadas embalagens de plástico e a adoção de sistemas de depósito”.

Na conferência serão ainda apresentadas as conclusões do relatório final elaborado pelo grupo de trabalho do Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE), “no que se refere à implementação de medidas para promover a inovação e substituição de matérias-primas, bem como a crescente substituição de plástico descartável e o aumento da percentagem de reciclagem do plástico”, de acordo com o MATE. ●

Ministro do Ambiente, secretários de Estado do Ambiente e da Defesa do Consumidor e responsáveis da Comissão Europeia estão entre os oradores

Iberdrola avança com barragens em Portugal

A Iberdrola garante que continua a avançar com a construção das suas três barragens no norte de Portugal, informou a companhia espanhola esta semana. “Em Portugal, o trabalho realizado no complexo hidroelétrico do Tâmega destaca-se”, com a conclusão a estar prevista para 2023, segundo uma apresentação da companhia, por ocasião dos seus resultados anuais. As barragens do Tâmega, Daivões e Gouvães vão ter uma capacidade instalada de 1.158 megawatts, num investimento total de 1.500 milhões de euros. “A nova capacidade equivale a 6% da capacidade instalada em Portugal, e pode prevenir a emissão de um milhão de toneladas de CO2 para a atmosfera”, pode-se ler no documento da Iberdrola.